



Revista Brasileira de CIÊNCIAS DO ESPORTE

www.rbceonline.org.br



ARTIGO ORIGINAL

Desafios e perspectivas para a divulgação da pesquisa em Educação Física: um processo de construção

Tânia Mara Vieira Sampaio^{a,b}

^aUniversidade Católica de Brasília (UCB-DF), Taguatinga, DF, Brasil

^bEditora da Revista Brasileira de Ciência do Movimento

Recebido em 16 de junho de 2013; aceito em 13 de outubro de 2013

PALAVRAS-CHAVE

Periódicos científicos;
Ética em pesquisa;
Qualis Capes;
Pesquisa em educação física

Resumo O debate sobre alguns dos desafios enfrentados nos periódicos acadêmicos é intuito deste artigo. Não apenas mencionar dificuldades e impasses, mas apontar caminhos que tem sido trilhado e apresentar algumas possibilidades para que este seja um lugar de encontro e diálogo da área. Nesse sentido, apontam-se quatro premissas importantes para iniciar a reflexão: perguntar-se pela corporeidade concreta das pessoas com quem se desenvolve as pesquisas; romper com as pretensões de neutralidade na produção do conhecimento; reconhecer as relações de poder que a pesquisa promove e como quarta premissa a interdependência, sustentabilidade e “emissão zero”. Há muitos avanços, no entanto, a ampliação dos processos de avaliação da pós-graduação pode melhorar o cenário.

© 2014 Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Publicado por Elsevier Editora Ltda. Todos os direitos reservados.

KEYWORDS

Scientific journals;
Research ethics;
Qualis Capes;
Research in physical education

Challenges and perspective for the dissemination of research in Physical Education: a process of construction

Abstract The debate about some of the challenges faced in academic journals is purpose of this article. Not only to mention difficulties and impasses, but that point has been trodden paths and present some possibilities for this to be a place of encounter and dialogue area. In this regard, it was pointed out four important premises to start thinking: ask yourself the concrete embodiment of the people develops research; break with the pretensions of neutrality in the production of knowledge; recognize the power relations that promote research and fourth premise as interdependence, sustainability and “zero emission”. There are many advances; however, the extension of the evaluation procedures of the graduate can improve the scenario.

© 2014 Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Published by Elsevier Editora Ltda. All rights reserved.

E-mail: tsampaio@ucb.br (T.M.V. Sampaio).

PALABRAS CLAVE

Revistas científicas;
Ética de la
investigación;
Capes qualis;
Investigación en
educación física

Desafíos y perspectivas para la difusión de la investigación en Educación Física: un proceso de construcción

Resumen El debate sobre algunos de los desafíos que enfrentan en revistas académicas es el propósito de este artículo. No sólo hablar de las dificultades y los callejones sin salida, pero este punto ha sido caminos trillados y presentar algunas posibilidades para que esto sea un lugar de encuentro y área de diálogo. En este sentido, se señaló cuatro premisas importantes para empezar a pensar: hágase la encarnación concreta de las personas desarrolla la investigación; ruptura con las pretensiones de neutralidad en la producción de conocimiento; reconocer las relaciones de poder que promueve la investigación y la cuarta premisa como la interdependencia, la sostenibilidad y la “emisión cero”. Hay muchos avances, sin embargo, la extensión de los procedimientos de evaluación del posgrado puede mejorar la situación.

© 2014 Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Publicado por Elsevier Editora Ltda. Todos los derechos reservados.

No universo da produção de conhecimento científico e sua divulgação em periódicos acadêmicos encontra-se o desafio de entrar no mundo das palavras que promovem sentidos e veiculam os achados a fim de que a vida seja melhor. Nesse sentido, pode-se iniciar pelos símbolos que permitem a comunicação entre as pessoas: as palavras. Estas expressam ausências sentidas e antecipam os horizontes imaginados. A mediação da palavra, fundamental para comunicar nossos achados na pesquisa, é uma presença que reclama as ausências percebidas, ausências essas que não são diferentes de desejos e esperanças manifestas. Afirma Rubem Alves (1982, p. 71, 75):

“Palavras, nada mais que palavras. Mas as palavras são ais, suspiros, profecias. E com elas se constroem mundos. (...) vibração sonora tão efêmera e tão sem lugar que se chama palavra. (...) os universos se constituem pelo poder das palavras, grávidas de desejos. (...) Não existe uma natureza humana, no sentido de uma essência biológica fixa. Nós nos tornamos humanos trilhando os caminhos que as culturas estabeleceram. Acontece que tais receitas culturais de humanidade não entram em nossos corpos e não se transmitem biologicamente. Elas só são preservadas e transmitidas na medida em que contamos às gerações mais novas sobre nosso jeito típico de existir. Nossos mundos existem graças ao poder da fala.”

Os desafios não são poucos quando queremos falar sobre a realidade dos periódicos acadêmico-científicos da Área 21 da CAPES. Talvez se possa dizer o mesmo de periódicos de outras áreas no país, no entanto, o conhecimento que temos sobre essa realidade não permite fazer generalizações.

O cenário dos veículos de divulgação do conhecimento, produzido no âmbito acadêmico, é marcado pela expectativa de que possamos cada vez mais ampliar o conjunto de autores e autoras a circular em todos os periódicos e não aprofundar guetos que se leem e se publicam, fazendo com que o eco de suas produções tenha reflexos de espelho. As dissonâncias e diversidades precisam galgar espaços em nossos periódicos para que o diálogo supere barreiras de “mesmices” e vaidades excludentes. E, fundamentalmente, espera-se que os conteúdos das publicações façam sentido para que a vida seja melhor em todos os seus aspectos. Para

tanto, postula-se a perspectiva inspiradora de Paulo Freire em sua afirmação:

“sonhar não é apenas um ato político necessário, mas também uma conotação da forma histórico-social de estar sendo de mulheres e homens. Faz parte da natureza humana que, dentro da história, se acha em permanente processo de tornar-se... Não há mudança sem sonho como não há sonho sem esperança.” (Freire, 1992, p. 91, 92)

Refletir sobre a realidade dos periódicos da área é simultaneamente responsabilidade e oportunidade de compartilhar uma leitura de realidade, um ponto de vista, um lugar de onde se organiza a reflexão, um conjunto de perguntas sobre a realidade, certamente outros olhares e dizeres entrarão em diálogo com este. Enfim, encontramos-nos em um processo coletivo, no qual o debate da pesquisa em Educação Física e a veiculação de seus resultados nos periódicos acadêmicos da área estão em discussão.

Esse grande campo de saber que abarca conhecimentos e nuances sociais e biológicos, pedagógicos e fisiológicos entre outros, tem como desafio não fragmentar o ser humano, mas se aproximar dele em sua totalidade seja com quaisquer das perguntas investigativas que motivar uma pesquisa. Nesse sentido, antes de apresentar alguns aspectos que considero constituir-se em problemas a serem enfrentados e caminhos alternativos que podem nos ajudar nos processos de superação, apresento algumas premissas interdependentes que balizam a visão de mundo com a qual encaro a importância de divulgar os saberes produzidos pelas pesquisas acadêmicas, para o qual os periódicos científicos são um dos canais, não o único, e talvez, nem o melhor deles.

Considerando as premissas, *uma primeira* que me parece fundamental, no intuito de não fragmentar, mas assumir a totalidade do ser humano, é que a Educação Física precisa dar conta da amplitude de seus conteúdos (jogos, dança, lutas, atividade física, ginástica, esportes de competição, educativos e de lazer, fisiologia do exercício, crescimento e desenvolvimento, cinesiologia, anatomia, etc.) perguntando-se pela corporeidade concreta das pessoas, com quem desenvolve suas pesquisas. Quem é este

ser humano com o qual atua? Em que realidade e contexto este se situa? Sua condição de classe, de sexo, de gênero, de etnia, de geração o apresenta à realidade como um ser particular e não um ente universal, para quem nem toda a pesquisa pode ser generalizada.

Este prisma não pode ser subtraído dos periódicos dessa área epistêmica, sob pena de estarmos tratando de uma pessoa que não existe, enquanto ser humano concreto, mas talvez exista na projeção de uma sociedade que nos quer a todos sob controle e por isso impõem uma corporeidade única e disciplinada. Uma corporeidade de padrões muito estreitos, nos quais cabem muito poucos, e dos demais se espera que alcancem, mesmo que mutilações tenham que ser feitas (anorexia, bulimia, vigorexia). Estas e outras desordens aí estão para denunciar a perversidade do autoritarismo de uma pesquisa que generaliza e um conjunto de forças sociais, que disso se utiliza, para estabelecer o controle sobre a corporeidade.

A opção epistêmico-metodológica da pergunta sobre o movimento da corporeidade concreta das pessoas, em suas múltiplas relações no mundo, precisa ser eixo orientador e organizador das produções de saber que circulam em nossos periódicos. Pesquisamos sobre as realidades que reverberam na corporeidade humana e a ela temos que responder, bem como estar atentos aos seus reflexos nesta para retornar ao âmbito dos estudos com novas perguntas “agarradas” ao concreto da vida das pessoas.

Ao assumir a corporeidade evitam-se abstrações sobre a realidade e, por outro, não se perde a riqueza dos detalhes que indicam os vários jeitos que as pessoas têm de enfrentar as situações cotidianas. Se considerarmos que está na corporeidade, em sua materialidade, a condição dos seres humanos construir suas experiências de relações no mundo, é a corporeidade de mulheres, homens, crianças, idosos, pessoas com deficiência e outras, que irá exigir uma nova leitura da realidade e do conhecimento (Sampaio, 2002, 2009), trazendo desafios para nossos periódicos. Desafios, que, certamente, transcendem às demandas dos órgãos e processos institucionais de avaliação.

Temos, nos periódicos, um compromisso que é o de enfrentar e responder às questões urgentes da vida humana dando conteúdo e sentido à qualidade científica exigida para a avaliação da produção intelectual acadêmica, em especial nos espaços da Pós-graduação brasileira.

Assumir minha própria corporeidade e vislumbrar a do Outro, é fundamental na tarefa de escrever artigos nos periódicos da área. A nossa identidade construída no tempo e cultura concretos nos fazem perceber que não é o mesmo ser homem ou mulher, negro ou branco, empobrecido ou de classes mais abastadas, ter acesso à escolarização ou não..., estas diferenças se constituem em desigualdades na realidade social cotidiana e irão impactar tanto o sujeito que pesquisa quanto o que é pesquisado. A proposição da categoria analítica de gênero, tem se apresentado como uma possibilidade teórica que ao enfrentar a pergunta pelas relações sociais de poder é capaz de articular não só a confluência das relações de sexo, mas também étnicas, de classe que atravessam as diferentes parcelas da humanidade (Sampaio, 2009).

Desse modo, não se pode prescindir na pesquisa de mapear o mo(vi)mento da corporeidade, na multiplicidade das relações sociais de poder presentes na realidade e

no conhecimento produzido. A concepção das relações sociais de gênero apresenta-se como um novo paradigma, capaz de não simplesmente visibilizar mulheres e/ou grupos oprimidos, mas de iluminar as descobertas sobre a estruturação das opressões e dos jogos de poder que organizam discursos normativos e estabelecem controles sociais, inclusive na produção dos saberes.

Esta posição teórico-metodológica, por sua vez, incide em uma atitude de ruptura com as pretensões de neutralidade na produção do conhecimento ou na interpretação da realidade, sendo esta uma *segunda premissa* importante a ser destacada. Apesar de muitas vezes a formação dos cientistas estar vinculada a uma perspectiva de distanciamento da responsabilidade sobre a intencionalidade da ciência produzida, sobre as implicações sociais dos seus resultados científicos e sem a preocupação com suas finalidades (Fourez, 1995), esta possibilidade de neutralidade não passa de um mito ou de um esquecimento proposital ou aprendido nos processos da formação científica. E diante dos impasses atuais para que a vida em sua amplitude tenha sustentabilidade, esta postura de descompromisso ético na produção do saber está sendo fortemente questionada (Capra, 1996; Morin, 2003).

A leitura, a interpretação ou o eixo de análise que propomos para a realidade e o conhecimento que produzimos na área da Educação Física não está desprovido de pressuposições e influências do contexto em que estamos inseridos; tampouco estão as outras análises com as quais qualquer estudo estabelece diálogo e confrontos. A multiplicidade de linguagens com as quais difizemos os resultados de nossas pesquisas revela nossos princípios éticos e a noção de alteridade (do Outro com quem e para quem realizamos nossa pesquisa) e esta é sempre datada, sexuada e racificada, bem como marcada pelo lugar social que ocupamos. Trata-se de assumir que quem produz o saber imprime aí seus condicionamentos pessoais e compromissos diante da realidade (Sampaio, 2002, 2009); por conseguinte, a escolha dos sujeitos, do objeto, das perguntas relevantes, do método, dos referenciais teóricos em uma pesquisa está marcada pelo lugar que nossa corporeidade ocupa no mundo em relação aos incontáveis Outros.

Desse lugar relacional como qual a pesquisa está em contato decorre uma *terceira premissa*, que consiste na análise das relações de poder que a pesquisa promove. Portanto, quem pesquisa e divulga o conhecimento produzido tem um compromisso de analisar criticamente os processos normativos de construção do saber, visando a desnaturalização do que é socialmente construído e identificar que os resultados das pesquisas “empoderam” determinados grupos sociais e projetos de vida e “des-empoderam” outros. A correlação evidente entre poder e saber traz consigo, portanto, a pergunta pelo método de construção do conhecimento e seus pressupostos básicos, uma vez que estas duas dimensões estabelecem uma relação indissociável.

Consequentemente, não se produz conhecimento universal, mas sua parcialidade está denunciada ou anunciada na restrição do seu alcance para mudar as relações sociais assimétricas; para contribuir no processo de explicitação dos silêncios que a área da Educação Física precisa romper quando alude a uma corporeidade genérica que ao desconsiderar gênero, classe, raça, geração,

necessidades especiais..., perde o ser humano em suas concretas condições de ser pessoa no mundo.

Assim, quaisquer que forem nossas especializações de estudos, ou temáticas, a pergunta pelo Outro e seu empoderamento com o conhecimento produzido será fundamental. Igualmente, qualquer generalização possível, a partir das pesquisas realizadas, terá que redimensionar sua particularidade.

“[...] um pensamento do complexo, pois não basta inscrever todas as coisas ou acontecimentos em um “quadro” ou uma “perspectiva”. Trata-se de procurar sempre as relações e inter-retroações entre cada fenômeno e seu contexto, as relações de reciprocidade todo/partes: como uma modificação local repercute sobre o todo e como uma modificação do todo repercute sobre as partes. Trata-se, ao mesmo tempo, de reconhecer a unidade dentro do diverso, o diverso dentro da unidade [...] Enfim, um pensamento unificador abre-se de si mesmo para o contexto dos contextos: o contexto planetário. Para seguir por esse caminho, o problema não é bem abrir as fronteiras entre as disciplinas, mas transformar o que gera essas fronteiras: os princípios organizadores do conhecimento” (Morin, 2003, p. 24-5).

O processo que se busca ao discutir a intencionalidade e contexto no qual todo o conhecimento se situa, é importante para que a realidade dos periódicos da área se abra para a diversidade da produção que é feita, redimensionando as fronteiras disciplinares em busca de uma unidade que fortaleça a Educação Física em sua ampla diversidade. Nesse sentido, uma *quarta premissa* merece a atenção: a da interdependência, sustentabilidade e “emissão zero”. Na ecologia de nossas relações acadêmicas, isto é, na organização da grande casa acadêmica (o *oikos* que habitamos) precisamos buscar a conexão, a interdependência daquilo que produzimos. Os seus reflexos vão se somando e alargando os horizontes da pesquisa ou podem travar novas possibilidades. A teia do saber que construímos pode ser espaço para a diversidade, mas esta perspectiva tem que ser construída e defendida a partir de um pacto entre os que já se consagraram na área e os que estão em formação para que algo novo apareça nos periódicos. No que concerne à sustentabilidade, seguindo a perspectiva de Capra (1996), espera-se que o saber divulgado responda às nossas demandas atuais de bem viver, mas não comprometa a possibilidade de vida das gerações futuras.

No tom desse compromisso e da responsabilidade ecossistêmica e planetária que temos na condição de acadêmicos, cabe muito bem a contundente convocação/provocação de Edgar Morin (2003, p. 104):

“A reforma de pensamento é uma necessidade histórica fundamental. Hoje somos vítimas de dois tipos de pensamento fechado: primeiro, o pensamento fracionário da tecnociência burocratizada, que corta, como fatias de salame, o complexo tecido do real; segundo, o pensamento cada vez mais fechado, voltado para a etnia ou a nação, que recorta, como um puzzle, o tecido da Terra-Pátria. Precisamos, pois, estar intelectualmente rearmados, começar a pensar a complexidade, enfrentar os desafios da agonia/nascimento de nosso entre-dois-milênios

e tentar pensar os problemas da humanidade na era planetária. Essa é uma reforma vital para os cidadãos do novo milênio, que permitiria o pleno uso de suas aptidões mentais e constituiria não, certamente, a única condição, mas uma condição *sine qua non* para sairmos de nossa barbárie.”

A dinâmica ecossistêmica, ora proposta, para pensar nosso jeito de produzir e divulgar os novos conhecimentos nos periódicos precisa encontrar caminhos de sustentabilidade para corresponder ao seu principal propósito que é tornar a vida melhor. Nesse sentido, o ritmo acumulativo e segregacionista de valoração da produção do conhecimento, como se tem visto na área de saber (em especial nos que atuam em programas de pós-graduação) tende a chegar a patamares inatingíveis aos seres humanos. Mesmo dedicando-se ao máximo para escrever o resultado das produções, as pessoas precisarão viver outras de suas dimensões humanas, que não apenas a do trabalho, criando no processo quantitativo, que aumenta a cada triênio de avaliações, um esgotamento real das possibilidades de quantidade, quem dirá de qualidade.

Há um processo matemático que aponta para a inviabilidade da exigência de volumes de produção que se superam em mais do que cem por cento a cada novo triênio de avaliação. A exceção de uns poucos, que talvez tenham essa possibilidade, a grande maioria não terá essa mesma condição, isto porque, pesquisas não se multiplicam nessa velocidade, para um mesmo pesquisador. Todo estudo precisa de um tempo real de planejamento, execução, maturação para começar a apresentar resultados e a própria escrita destes, demanda tempo. Entre os riscos desse ritmo de exigências está a retirada de alguns pesquisadores importantes do processo, como também o de publicações de resultados parciais, em alta escala fazendo aparecer no cenário, “mutilações” ou compartimentalização inadequadas.

Considerando essa exigência de publicar um volume expressivo de artigos em determinados períodos, muita coisa ruim ou desnecessária vem ou poderá vir a público, com isso, comprometendo a filosofia da “emissão zero”. Muita poluição, nos periódicos da área, pode ocupar o espaço, tirando-nos a capacidade de respirar ares que façam sentido, que façam a vida ser melhor em todas as suas dimensões.

A perspectiva de seguir um ritmo proposto pelos processos de avaliação, por vezes, cria “gargalos” na capacidade dos periódicos de divulgar o conhecimento, mesmo porque há um número reduzido deles que se encontra no *qualis* mais elevado. Muitos precisam publicar muito e quando poucos são aqueles que conseguem publicar seus artigos, pode-se gerar a falsa impressão de que existam mesmo poucos semeadores de novos saberes. Não se trata de desmerecer a grande contribuição da comunidade científica, aceita por possuir conhecimentos específicos importantes e, portanto, tem seu reconhecimento tanto interno entre seus pares quanto externo. Ao contrário, ao reconhecer sua contribuição pede-se deste grupo que não apenas esteja preocupado em disseminar seu saber específico, mas igualmente contribuir para pensar um processo mais abrangente de formação de novos pesquisadores e de abertura de canais de disseminação dessa produção

emergente. Conforme, menciona Fourez (1995, p. 94) “como um grupo com acesso privilegiado ao saber, será frequentemente solicitado de seus membros desempenhar um papel social e, em particular, dar seu parecer como especialistas (*experts*)”, não apenas em questões de sua especialidade, mas dos desafios da sociedade em geral.

A reflexão sobre as realidades enfrentadas pelos periódicos da área é um convite aos pesquisadores de renome para contribuírem na sugestão de alternativas a processos como estes em que os mesmos especialistas, com seus estudantes, não raras vezes, apareceram de modo expressivo nos periódicos nacionais de maior impacto da área, diminuindo a possibilidade de novos atores e grupos de estudos aparecerem no cenário das publicações. Isso requer de nossos periódicos a criação de mecanismos em que muitos outros pesquisadores possam participar divulgando suas pesquisas e para tanto, a comunidade científica, como um todo, é chamada a enfrentar o desafio. Não pode ser um discurso ou uma bandeira dos que ainda não alcançaram este status ou índices de publicações.

Somado a este problema, a área da Educação Física, que se constitui de uma gama diversa de saberes, encontra grande dificuldade para que as diversas vertentes e linhas de pesquisa tenham igual espaço. Segundo Morin (2003), a cultura científica ao separar as áreas de conhecimento chega a descobertas extremamente significativas, mas muitas vezes perde-se de refletir sobre o que o autor denomina destino humano e futuro da própria ciência. Nesses casos, a fim de enfrentar “os efeitos cada vez mais graves da compartimentação dos saberes e da incapacidade de articulá-los, uns aos outros” ele propõem “a aptidão para contextualizar e integrar [pois] é uma qualidade fundamental da mente humana, que precisa ser desenvolvida, e não atrofiada” (Morin, 2003, p. 16).

A preocupação do autor que pode ser muito elucidativa ao problema enfrentando em nossos periódicos acadêmicos traz um alerta importante:

“Uma inteligência incapaz de perceber o contexto e o complexo planetário fica cega, inconsciente e irresponsável. Assim, os desenvolvimentos disciplinares das ciências não só trouxeram as vantagens da divisão do trabalho, mas também os inconvenientes da superespecialização, do confinamento e do despedaçamento do saber. Não só produziram o conhecimento e a elucidação, mas também a ignorância e a cegueira.” (Morin, 2003, p. 15)

Talvez pudéssemos, em nossos periódicos, começar a abrir seções para novos talentos, também seções para saberes controverso ou ainda seções de diálogos multidisciplinares internos à área. Isto é, trazendo gente nova para o “pedaço”, abrindo-se à escuta de novos experimentos em processos de validação e socializando trabalhos em parceria epistêmica que superem as dicotomias exato-humanas, biológico-social, próprias de um ranço da área e com isso fomentar novos horizontes de discussão. A necessidade de superar a disjunção entre a cultura científica e a cultura das humanidades, como afirma Morin (2003, p. 37), é um caminho relevante para responder aos desafios atuais, afinal “trazemos, dentro de nós, o mundo físico, o mundo químico, o mundo vivo, e, ao mesmo tempo, deles não estamos separados por nosso pensamento, nossa consciência, nossa cultura”.

Há muitas outras dificuldades enfrentadas pelos periódicos da área, que dizem respeito ao cotidiano pragmático e não apenas epistêmico como discutido anteriormente. Cabe mencioná-lo uma vez que esta “cozinha” tem reflexos no banquete servido. Poderíamos elencar diversas situações como o tempo de espera entre a submissão e o resultado da avaliação; o fechamento de periódicos diante do volume de artigos recebidos; o fechamento das edições entre autores conhecidos por suas parcerias; a demora na avaliação por parte dos pareceristas; a escassez dos que se dispõem a essa contribuição emitindo um parecer, de fato, consubstanciado; o fomento para os trabalhos de editoração em suas várias etapas; a valorização, na qualidade de contribuição intelectual, destas tarefas que gestam a edição dos periódicos.

Em paralelo à realidade das revistas acadêmicas é fundamental que se avalie os problemas de fundo gerados, nos últimos anos, pelo processo de avaliação dos Programas de pós-graduação, quanto aos critérios de avaliação da produção intelectual docente enfatizando a quantificação, ou somatória de pontos a partir do *qualis* periódicos. Nesse quesito, pelo menos *quatro aspectos* podem ser destacados.

O *primeiro* seria o crescente aumento da meta de pontuação a ser alcançada a cada triênio de avaliação, duplicando ou quase triplicando a exigência de um triênio para o outro. Essa realidade começa a apontar para um esgotamento do processo de atuação na pós-graduação, criando uma espécie de “linha de produção de *papers*”, na qual não cabem outros compromissos da pós-graduação com a formação docente de qualidade para atuar no ensino superior, o tempo de maturação dos estudos e experimentos para então serem divulgados, tempo de orientação, formação, grupo de estudos, espaço de ensaio e erro... Cria-se uma exigência de que as pessoas entrem prontas desde o mestrado para saírem com publicações significativas com seus orientadores, que por sua vez, precisam produzir com todos seus orientandos um número altíssimo de diferentes pesquisas para contemplar a exigência de uma somatória expressiva ao final de cada triênio. Impondo desse modo, um estreitamento de horizontes na contramão do que se espera seja a pós-graduação na vida de quem passa por ela.

O *segundo aspecto*, dentro do contexto da grande pressão pela pontuação produtiva de artigos, consiste na própria armadilha que o critério cria, a somatória encontra limites por transparecer um processo meramente quantitativo de avaliação da produção intelectual. Desse modo, no cenário dos refinamentos dos critérios de avaliação, uma tentativa de combinação do critério quantitativo com o qualitativo está sendo discutido. E cabe uma ressalva sobre a necessidade de se verificar a possível duplicidade na consideração desse critério em estudo. Esta composição, de critério quantitativo com o qualitativo, foi apresentada em reunião da área 21 da Capes como uma nova perspectiva que deve integrar o processo de avaliação da produção docente trata-se da proposta de que as publicações A1 e A2, que somam 100 e 80 pontos respectivamente, passem a valer também como distinção de qualidade em detrimento de publicações nos demais estratos para a avaliação do docente como “muito bom”, elevando desse modo a pontuação do Programa para efeitos de sua nota final. O que pontuava uma vez passa a ser duplamente pontuado, uma vez que se exige no mínimo

uma ou duas produções nos estratos A1 e/ou A2 para que este docente confira a seu Programa a avaliação de corpo docente “muito bom”, não bastando mais que atinja apenas ao quantitativo final previsto para o triênio.

O *terceiro aspecto* decorrente dessa proposição avaliativa é a grande dificuldade que se impõe para os demais periódicos da área de terem possibilidades de alcançarem melhor *qualis*. Pesquisadores que tiverem algo a divulgar de suas pesquisas irão fazê-lo em revistas científicas que já estão bem ranqueadas e não dispensarão tempo e produção acadêmica para o fortalecimento de periódicos nacionais da área que estão em crescimento. Não é apenas uma questão de vontade, mas de tempo real para contribuir com a melhor estratificação dos periódicos classificados nos estratos “B”. Não de menor expressão, o *quarto aspecto* nada salutar começa a aparecer, na forma de derivação de diversos pequenos resultados, os quais são divulgados em pequenas doses, para identificar uma produção maior.

Ao refletir sobre a necessidade de buscar alternativas a essa lógica desenfreada de realizar somatórias e estratificar em gráficos a produção intelectual, é importante deixar claro que não se pode deixar a pesquisa da Pós-graduação sem sua divulgação, ampliação de horizontes e respostas às demandas urgentes da vida. Este é um espaço de compromisso ético fundamental com a vida em todas as suas dimensões e o trabalho de quem atua na área da pesquisa e da formação docente não pode se eximir desta tarefa. Contudo, poderíamos pensar em maneiras de não gerar uma competitividade e produtivismo responsáveis por comprometer o foco da produção e da divulgação do conhecimento.

Refletir sobre a importância de se pensar processos diferenciados para aferir a produção intelectual docente, é também uma maneira de reconhecer a responsabilidade de zelar pelo dinheiro público que paga a Pós-graduação nas instituições públicas e em grande parte nas instituições particulares e comunitárias. E dinheiro público significa que inúmeros cidadãos e cidadãs brasileiros, que não tem acesso à universidade, pagam compulsoriamente tais tributos com os quais estudamos e pesquisamos. Não é justo pesquisar para nós mesmos, nem mesmo divulgarmos nossa pesquisa para somar pontos, mas tem que ser para responder às demandas muito concretas da vida de todos e em especial de quem, infelizmente, ainda passa longe da universidade.

Publicar o resultado de nossas pesquisas, decidir que problemas de pesquisa são relevantes é um compromisso cidadão do qual não podemos abrir mão. Do contrário, estaríamos no lugar errado. Segundo, Edgar Morin (2003, p. 103) “a reforma de pensamento é uma necessidade democrática fundamental: formar cidadãos capazes de enfrentar os problemas de sua época é frear o enfraquecimento democrático” que muitas vezes o modo fragmentado e obtuso da produção e sua divulgação geram na sociedade.

A casa do saber precisa abrigar as urgências da vida que ecoam em todos os cantos e a universidade precisa ser muito boa na escuta e não apenas no discurso de mão única. No momento que nossa escuta estiver apurada e nossa pesquisa alinhada, amarrada, embebida da problemática da sociedade, todo o resultado das pesquisas, seja de que forma forem divulgados (artigos, capítulos de livros, palestras, softwares, cursos de extensão, ações de intervenção comunitárias, projetos, subsídios a políticas públicas...) serão extremamente relevantes e a somatória de pontos,

a valoração da produção intelectual poderá ser tão mais abrangente que o modo atual que acarreta uma pressão grande aos periódicos acadêmicos. Mas até lá, teremos que seguir construindo crônicas, como esta, sobre as realidades e impasses que enfrentamos, como editores e editoras de periódicos acadêmicos e parceiros, na publicação dos resultados de nossas pesquisas.

No contexto da análise dos impasses na área é fundamental que se registre alguns processos em andamento que tem auxiliando a minorar o problema, como o aumento do número de periódicos nacionais nos estratos mais altos do *qualis*, ainda que se tenha que seguir debatendo a real necessidade de se criar travas percentuais para que os periódicos acedam a esses patamares. Outro dado que começa a amenizar as dificuldades dos periódicos nacionais é o apoio financeiro pelos órgãos de fomento, para melhorar processo de editoração dos mesmos. Também nessa perspectiva de medidas para impulsionar os periódicos está a consideração, na avaliação dos Programas de Pós-graduação, da contribuição voluntária de avaliadores para os periódicos. Outro avanço nos critérios de avaliação, pelos órgãos avaliadores e de fomento, é a crescente compreensão de que a produção de livros também é produção acadêmica em nível de Pós-graduação.

Considerando que o intuito dessa reflexão sobre o processo de editoração é não apenas mapear os impasses, as dificuldades, mas apontar os sinais de mudanças e algumas sugestões alternativas, mesmo que não sejam totalmente novas, podem ser sistematizadas e enfatizadas como as que seguem. Os periódicos da área poderiam apresentar-se como espaço de divulgação da diversidade das pesquisas e seus métodos respectivamente; espaço para circulação de pontos de vistas sobre temas da atualidade; para revisões de literatura que expressem aspectos do estado da arte de temas relevantes; de diálogo com novos talentos emergentes na área; de superação das dicotomias (biológico-social; fisiológico-humanista; objetivo-subjetivo; qualitativo-quantitativo; razão-emoção; superior-inferior) como elementos antagônicos e irreversivelmente fechados ao diálogo; de compromissos éticos com a originalidade e ineditismo de pesquisas e a devida indicação de suas novas derivações ou decorrências; ampliar a valorização da publicação em periódicos de diferentes estratos do *qualis* para que Revistas emergentes tenham espaço para crescimento.

Possivelmente superar esta perspectiva de estabelecer percentuais muito restritos nos quais cabem poucos periódicos em cada um deles poderia ser uma alternativa. Seria muito bom que a maioria dos periódicos atingisse o *qualis* superior, não sendo necessário trabalhar com a lógica de travas para a maioria dos periódicos que buscam a cada dia aprimorar seu processo interno de qualidade. Nesse sentido, uma possível lógica competitiva entre pesquisadores e Programas poderia ser, em muito minimizada. Teríamos muitos periódicos e não a limitação atual, e nesta gama diversa de veículos de divulgação do saber desejaremos publicar nossas pesquisas e, senão todos, a maioria teria altíssima qualificação.

Nesse novo cenário, poderíamos perguntar, sem muito receio de que as respostas não fossem afirmativas à maioria dos questionamentos. Ao indagarmos pelo sentido de nossa produção de conhecimento: a quem? A que grupos

sociais e a que projeto de sociedade nossas pesquisas e suas respectivas produções contribuem? Ao serviço de que estão estes processos? As demandas da sociedade podem se alimentar de nossa produção? Não teríamos dúvidas de que o que divulgamos de nossas pesquisas encontrariam eco nas demandas da realidade e não seriam meras formalidades de pontuação em processos avaliativos.

As respostas afirmativas a estes questionamentos nos levariam a identificar nosso compromisso com as premissas levantadas no início desta reflexão. A perspectiva de uma corporeidade concreta, a ruptura com a pretensão de neutralidade na produção de conhecimento e as relações de poder que este saber promove encontrar-se-iam igualmente, com os parâmetros da interdependência, sustentabilidade e emissão zero.

A cada novo resultado disponível e sua respectiva publicação responderiam às questões pertinentes, sem que houvesse a preocupação em indagar: O que estamos divulgando está comprometido com a filosofia da “emissão zero”? Ou a quantidade de poluentes que estamos disseminando no espaço acadêmico tem obscurecido a área de saber e as pessoas que nela circulam? Contribuímos para a sustentabilidade? Ou emitimos artigos que dizem o mesmo de distintas maneiras, mas somam muitos pontos? A sustentabilidade da vida e de um projeto de sociedade, em que caibam todos, encontra em nossa produção a condição de alicerces firme no qual se possa erguer? Interdependência, outro eixo fundamental em tempo de esgotamento de muitas energias vivas do ecossistema, emana de nossos artigos. A vida seja humana, animal, ou das energias depende de processos de conexão e interdependência e nossa produção de saber não pode organizar-se na contramão desse clamor atual.

Visando a superar impasses que possam nos fazer perder de perspectiva a dinâmica da vida e suas muitas exigências parece que além das relativizações apresentadas acima, em relação à produção e pontuação nos periódicos acadêmicos, é importante que outros parâmetros de avaliação sejam considerados: a exemplo de identificar e valorar a contribuição da Pós-graduação na formação docente ao responder aos quesitos: quantos docentes formamos em nossas pós-graduações? Ao acompanhar os egressos, quantos seguiram e estão na carreira acadêmica? Em universidades públicas e particulares? Também a própria questão das parecerias em produções e contribuições entre grupos de pesquisas interinstitucionais, parcerias em pesquisas multinstitucionais, visitas técnicas e de estudos em laboratórios das instituições envolvidas, palestras, bancas e diversas outras ações entre instituições que sustentam os Programas de Pós-graduação ou Graduações na área.

Considerando que o conhecimento está a serviço da necessidade humana de viver, enunciadas algumas alternativas em direção à resposta das questões acadêmico-sociais para que o saber científico, divulgado nos periódicos da área, seja capaz de reinventar e reverter a sina de milhões de pessoas excluídas da economia de mercado globalizado e de acesso ao conhecimento. Os periódicos científicos podem constituir-se em campo fértil, e muitos o são, para a experiência de direito de vida digna das pessoas e do ecossistema. O intuito de ensaiar algumas respostas foi sendo tecido ao longo desta reflexão na tomada de posição sobre os aspectos que precisam presidir a produção e veiculação de conhecimento.

Contudo, para avançarmos penso que outras reflexões e propostas poderiam entrar na roda da conversa, na troca de palavras como estamos fazendo nesse dossiê. Desse modo, finalizo esta contribuição no marco desse convite e não apontando conclusões ou considerações finais. Refletir sobre a produção nos periódicos acadêmicos da área é entrar na roda da palavra. Palavra que inventa, desinstala e reinventa mundos.

No intuito, portanto, de concluir este texto e não o debate, mas abrir-me ao diálogo, penso que cabe trazer um trecho do que escrevemos no editorial da RBCM, 20(1) de 2012 (Sampaio; Silva, 2012), quando dizíamos:

“O desejo de nosso periódico acadêmico é compartilhar pesquisas e ações junto a grupos sociais e em laboratórios que apontem novos sentidos para a vida integral das pessoas. O conhecimento pode ser pensado no embalo das linhas poéticas de Adélia Prado, como algo que gera, aduba e espera tempos apropriados para apontar seus frutos. Em uma perspectiva de que a vida digna se prolonga e se afirma ainda que sua aparência seja de algo não vivo ou estático. A dinâmica da vida é exigente e traz em seu bojo a força da geração de novos momentos possíveis, um sonho de gestação que supera processos de morte que se anunciam cotidianamente. As pesquisas aqui compartilhadas têm compromissos com a superação e enfrentamento dos processos de ameaça à vida.

Ao perceber o conjunto de pesquisas que se apresentam ao nosso debate nos sentimos como Adélia Prado ‘Eu sempre sonho que uma coisa gera, nunca nada está morto. O que não parece vivo, aduba. O que parece estático, espera’. Por isso convidamos você a ler e debater a produção que ora se apresenta para adubarmos nossas áreas de saber e que na troca de saberes possamos anunciar a espera de frutos singulares que alimentem a vida digna para todas as pessoas.”

Conflitos de interesse

O autor declara não haver conflitos de interesse.

Referências

- Alves, R. *Variações sobre a vida e a morte*. São Paulo: Paulinas, 1982.
- Capra, F. *A teia da vida. Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo: Cultrix, 1996.
- Fourez, G. *A construção das ciências: introdução à filosofia e a ética das ciências*. São Paulo: UNESP, 1995.
- Freire, P. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- Morin, E. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. 8a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- Sampaio, T. M. V. Avançar sobre Possibilidades: horizontes de uma reflexão ecoepistêmica para redimensionar o debate sobre os esportes. In: Moreira, W. W.; Simões, R. (Org.) *Esporte como fator de qualidade de vida*. Piracicaba, UNIMEP, 2002. p. 85-99.
- _____. A justiça social em perspectiva de gênero e raça. In: Oliveira, J. L. M.; Siveres, L. (Org.). *Ensaio sobre justiça social: refazendo o caminho da vida e da paz*. Brasília: Universa, 2009.
- _____; Silva, J. V. P. *Editorial Revista Brasileira de Ciência e Movimento*, Brasília, v. 20, n. 1, 2012.